



Interpelação Escrita

Macau depende da importação de alimentos, e como ainda não definiu padrões de segurança alimentar, depende, essencialmente, dos exames elaborados nos locais de origem dos produtos, e apenas os examina quando as notícias das regiões vizinhas dão grande cobertura aos problemas com alimentos, como por exemplo, a carne da Shanghai Husi Food e o óleo adulterado de Taiwan, de que nós todos ainda nos lembramos.

Em finais de 2013, o Governo criou o Centro de Segurança Alimentar - que dispõe de uma Divisão de Gestão e Planeamento, uma Divisão de Avaliação de Riscos e uma Divisão de Informação de Riscos - e que tem competências, nomeadamente, na investigação e tratamento das reclamações relacionadas com a segurança alimentar, fiscalização dos alimentos disponíveis no mercado local, recolha e emissão de informações sobre a segurança alimentar e emissão dos respectivos alertas, entre outras. Contudo, a sua reacção tem sido lenta perante situações imprevistas. Por exemplo, recentemente, um cidadão adquiriu, no mercado municipal, camarões congelados que suspeitava terem sido injectados com gel. Apresentou queixa junto do referido Centro e do Instituto para os Assuntos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

Cívicos e Municipais (IACM), mas estas duas entidades não ligaram nenhuma, só depois de a sociedade dar grande importância ao caso é que o IACM deu resposta à queixa, e depois de analisar o caso é que referiu que não havia nada de anormal. Contudo, logo no início, quando o cidadão apresentou a queixa, referiu que não era possível fazer nada e, posteriormente, esclareceu que “o IACM não incentiva a população a enviar alimentos suspeitos para exame no referido Centro”, entre outros esclarecimentos. Este esclarecimento contraria as indicações divulgadas pelo referido Centro, quando este especifica que “os residentes devem queixar-se directamente quando — duvidam da existência de problemas com os alimentos”.

A segurança alimentar está directamente relacionada com a saúde dos residentes. O Centro em causa tem de fiscalizar bem os alimentos importados, controlar os riscos logo na fase de compra e venda, e se acontecerem casos semelhantes ao dos camarões congelados injectados com gel, os serviços competentes devem intervir, proceder a exames para detectar se existem ou não problemas, e chegar rapidamente a uma conclusão, por forma a evitar que os alimentos com problemas se alastrem por todo o mercado local.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Quanto aos alimentos importados, Macau apenas solicita que os “serviços



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

competentes do local de origem os fiscalizem, bem como exige que os alimentos estejam em conformidade com as exigências sanitárias do local em causa”. Assim, Macau é muito mais lenta na detecção dos alimentos com problemas do que os próprios locais de origem. Após a entrada em vigor da Lei de segurança alimentar, o Governo definiu “limites máximos de resíduos de medicamentos veterinários nos alimentos”, a “lista de substâncias proibidas a usar nos géneros alimentícios” e os “limites máximos de radionuclídeos nos géneros alimentícios”, contudo, na maioria dos casos ainda não foram definidos padrões locais. Com vista a garantir a segurança alimentar dos residentes, a Administração deve ser mais proactiva, e definir um conjunto de padrões sobre a segurança alimentar. Vai fazê-lo?

2. O Centro de Segurança Alimentar examina os alimentos em 3 vertentes, nomeadamente, periodicamente e por estação, assim como procede a análises específicas, no entanto, demora muito a dar resposta aos problemas relacionados com a segurança alimentar, pelo que necessita de melhorar este aspecto. Com vista a detectar eventuais riscos para a segurança alimentar, o Governo, para além de examinar e analisar os alimentos, deve ainda dar resposta às queixas e denúncias dos residentes. E o IACM deve dar a conhecer os seus mecanismos de tratamento das



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

queixas, os processos da sua aceitação e do seguimento dos casos, e os mecanismos de combate à corrupção, bem como deve elevar a sua capacidade de resposta a situações imprevistas. O Governo vai fazer tudo isto?

3. É nos mercados municipais que os residentes compram mais alimentos. Os fiscais fiscalizam, diariamente, a proveniência dos alimentos, assim como apoiam os veterinários nos exames levados a cabo de forma aleatória. Tanto o Centro de Segurança Alimentar como a gestão dos mercados municipais são da competência do IACM. Com vista a elevar a capacidade de resposta aos riscos de segurança alimentar e a situações imprevistas, existe algum mecanismo de diálogo entre o referido Centro e os respectivos mercados municipais?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau

Chan Meng Kam

27 de Julho de 2015